

DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES



2018

ÍNDICE

PARTE I	INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO	3
I.1.	Introdução	3
I.2.	Análise de conjuntura da área de atuação	3
I.3.	GOP 2018 e Eixos estratégicos do Governo no âmbito da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, e Modernização do Estado	10
I.4.	A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte	12
I.4.1.	Enquadramento estratégico	14
I.4.1.1.	Objetivos estratégicos e Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)	15
PARTE II	ATIVIDADES PREVISTAS	16
II.1.	Direções de Serviços, Divisões e Delegações Regionais	16
II.2.	Projetos em desenvolvimento	16
II.3.	Formação Profissional	16
II.4.	Monitorizações e Avaliação	16
II.4.1.	Monitorização do Plano de Atividades	16
II.4.2	Monitorização do Sistema de Controlo Interno	17
II.4.3.	Apreciação da quantidade e qualidade dos serviços prestados	17
II.4.4.	Audição dos dirigentes intermédios e demais colaboradores	18
II.4.5.	Modernização Administrativa	18
PARTE III	RECURSOS AFETOS	19
III.1.	Recursos Humanos	19
III.2.	Recursos Financeiros	20
PARTE IV	ANEXOS	20

PARTE I – INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

I.1. Introdução

O presente documento reflete a atividade a desenvolver pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) no ano de 2018, tendo presente as medidas de política pública consagrada no documento Grandes Opções do Plano para 2016-2019 e Grandes Opções do Plano¹ que acompanham a Lei do Orçamento do Estado para 2018. O Plano de Atividades é um instrumento de gestão através do qual é possível atingir com sucesso a missão superiormente atribuída à DRAPN, define a sua atuação estratégica, explana as atividades e objetivos e a respetiva afetação dos recursos financeiros e materiais, tendo como referência os objetivos estratégicos e operacionais da DRAPN, previamente aprovados, tendo em conta a sua missão e atribuições.

Este documento foi elaborado de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de setembro (D.R. nº 225, I série), que define os princípios a que deve obedecer a elaboração do plano e relatório anual de atividades dos serviços e organismos da Administração Pública, conjugado com o artº 7º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro (D.R. nº 12, I série A), alterada pela Lei nº 51/2005, de 30 de agosto (D.R. nº 166, I série A) e pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro (D.R. nº 244, I série); por outro lado, acolhe as diretrizes da gestão por objetivos aprovadas pelo SIADAP, Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro (D.R. nº 250, I Série, 1º Suplemento).

Nos objetivos e nas atividades delineadas neste plano intervieram todos os dirigentes da DRAPN, através de um modelo participado, o que garante o seu compromisso com a organização. A concretização do Plano envolverá a totalidade dos Recursos humanos que integram a DRAPN, tendo presente os desafios que se colocam à Administração pública em geral no que concerne ao aumento de eficiência, eficácia e qualidade da sua atividade.

I.2. Análise de conjuntura da área de atuação

O Território

A região Norte, unidade territorial de nível II, encontra-se dividida em 8 NUT III (Alto Minho, Cávado, Ave, A.M. Porto, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes), abrange 9 distritos, 86 municípios, possui uma área de 21.286 Km², a densidade populacional de 169,3 habitantes / km² (ano 2015) e a população residente de 3.603.778 (em 31.12.2015)², o que equivale a cerca de 34,84% da população do País. Comparativamente à média em Portugal (112,1 habitantes / km², ano 2016), possui uma elevada densidade populacional (169,3 habitantes / km²).

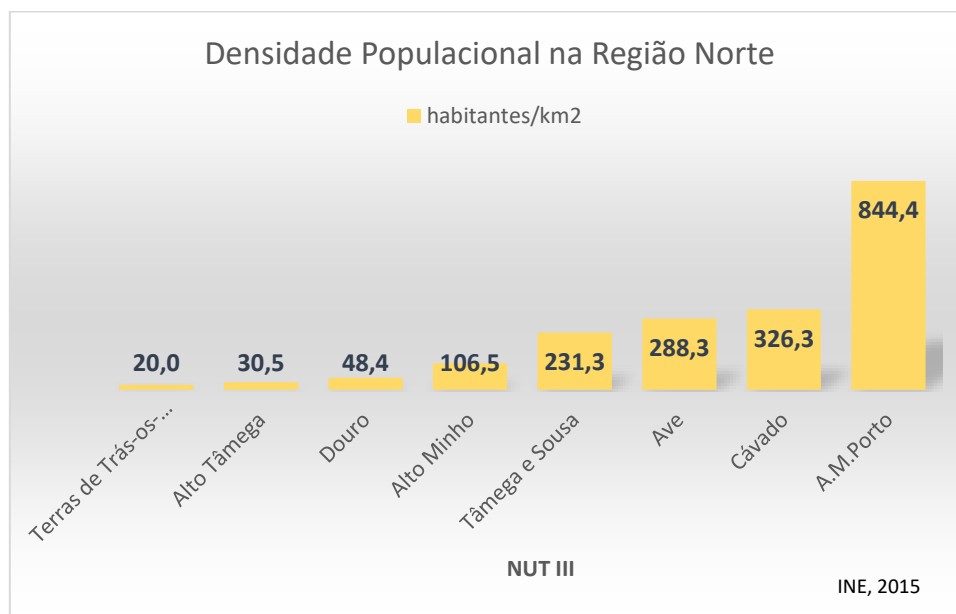
¹ Grandes Opções do Plano para 2018, proposta de Lei nº 99/XIII/3ª.

² INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2015, edição de 2016.

As Pessoas

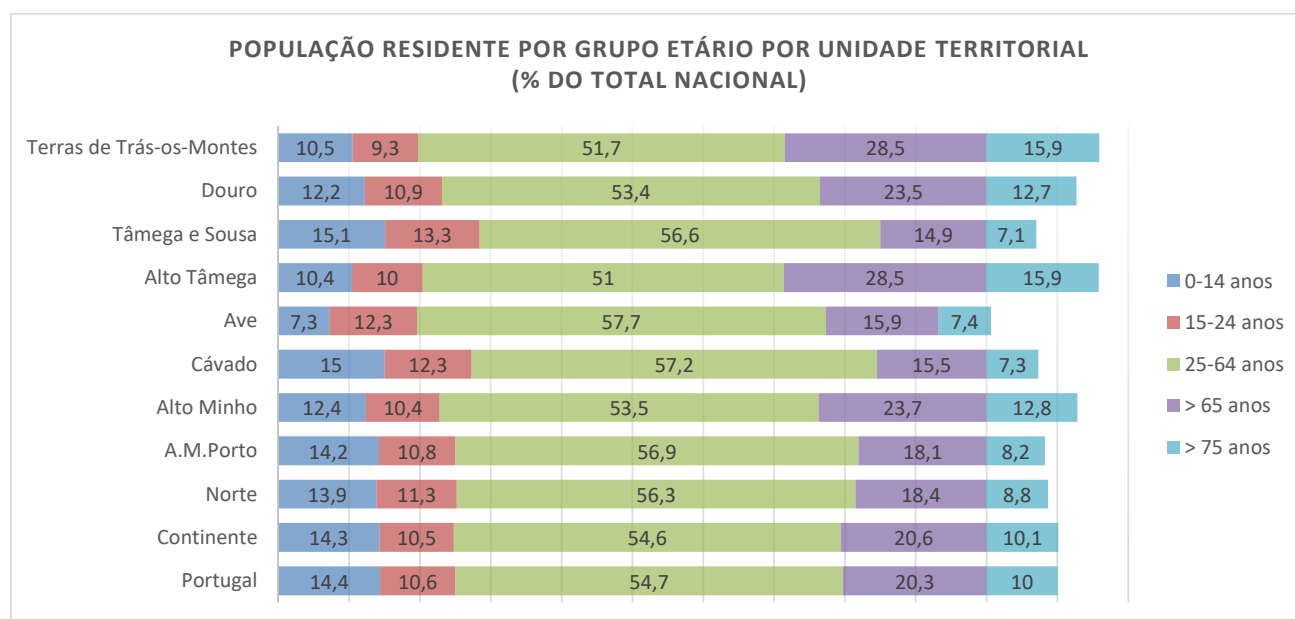
A densidade populacional no território e a respetiva distribuição por grupo etário apresenta uma elevada variação entre as Unidades Territoriais, conforme se verifica nos gráficos 1 e 2:

Gráfico 1 – Densidade populacional nas NUTS III da Região Norte (em 31.12.2015)



No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição da população residente por faixa etária e por unidade territorial, expresso em % do respetivo total nacional.

Gráfico 2 – População residente (% do total nacional) por grupo etário por NUT III (INE, 2015)



Analisando o gráfico 2 verifica-se que a Região Norte concentra cerca de 25% da população jovem de Portugal. Entre as unidades territoriais, a NUTIII Tâmega e Sousa é a que reúne um valor mais elevado de população jovem residente (28,4%) superando a Área Metropolitana do Porto e o valor registado em Portugal, ambos com 25%. Por outro lado, na unidade territorial Tâmega e Sousa, a proporção de pessoas idosas (população com 65 ou mais anos de idade) é menor (22%), relativamente à NUTII Norte (27,2%) e ao valor registado em Portugal (30,3%).

De um modo geral, em Portugal, entre 2010 e 2015, tem ocorrido o decréscimo da população jovem e o aumento da população idosa, o que se reflete num processo contínuo de envelhecimento demográfico em todas as regiões NUTS III, com exceção da A.M. Lisboa e do Algarve. O índice de envelhecimento da população em Portugal, registou, em 2015, mais elevado do que no ano anterior, sendo mais saliente no Interior do Continente, particularmente nas NUTS III Alto Tâmega e Terras de Trás-os-Montes³, em que o número de idosos por 100 jovens era superior a 250. A diferenciação do índice de envelhecimento demográfico segundo a tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos (TIPAU) revela um envelhecimento da população em Portugal mais expressivo nas áreas predominantemente rurais (272,8) do que nas áreas predominantemente urbanas (128,6). Entre 2014 e 2015 registou-se um agravamento da assimetria do envelhecimento entre áreas predominantemente urbanas e áreas predominantemente rurais nas 25 NUTS III do país. Em 2015, a assimetria do envelhecimento entre territórios urbanos e rurais era especialmente saliente nas três sub-regiões mais envelhecidas: Alto Tâmega (165,9 vs. 426,7), Terras de Trás-os-Montes (131,4 vs. 538,0) e Beira Baixa (119,0 vs. 663,7)³.

Na Região Norte as freguesias predominantemente rurais representam cerca de 70% do território, embora só nelas habitem cerca de 10% da população. No entanto, estes espaços de baixa densidade possuem um importante património paisagístico, histórico, cultural ou natural que importa preservar, promover, valorizar e aumentar a sua atratividade turística. Os recursos endógenos que essas zonas têm conseguido preservar dispõem hoje de mercado podendo constituir um importante ativo em matéria de desenvolvimento.

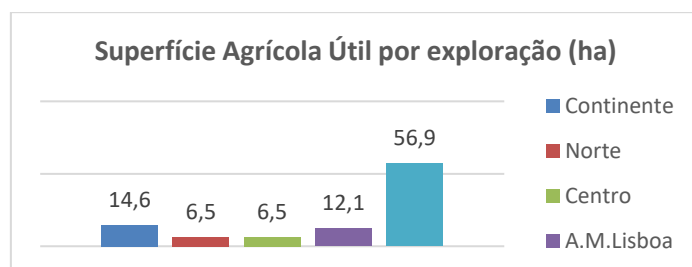
A Economia

O Setor de Atividade Económico Primário

“Agricultura, Produção Animal, Caça, Florestas e Pesca”

Na NUT II Norte estão situadas 37,4 % das explorações que ocupam 17,8% da SAU, sendo a SAU média por exploração de 6,5 ha, conforme se poderá visualizar no gráfico 3:

Gráfico 3 – SAU média por exploração (ha) por NUT II

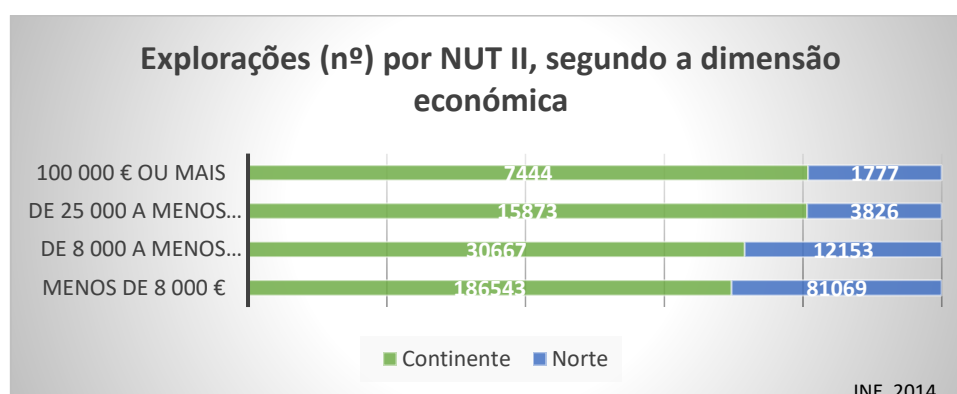


³ Destaque – Anuários Estatísticos Regionais -2015, INE, ed. 20.12.2016.

Nos últimos anos (2009 a 2013), registou-se um decréscimo de 10,8 % no número de explorações. O abandono da atividade agrícola desde 2009 tem ocorrido, a nível nacional, quase exclusivamente nas pequenas explorações; por outro lado, tem-se registado o aumento da dimensão das explorações agrícolas e uma melhoria dos indicadores laborais.

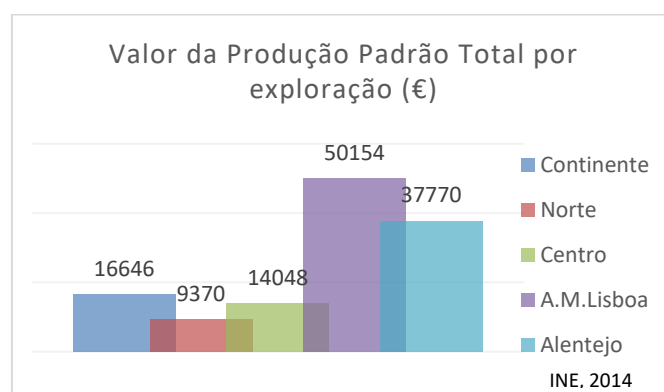
O gráfico seguinte (gráfico 4) diferencia, por classes de dimensão económica através do Valor de Produção Padrão Total (VPPT), o número de explorações existentes na região Norte comparativamente ao Continente.

Gráfico 4 – Diferenciação do número de explorações na Região Norte comparativamente ao Continente por classes de dimensão económica de acordo com o VPPT (Valor de Produção Padrão Total)



Conforme se pode visualizar nos gráficos 4 e 5, a NUT II Norte revela uma agricultura baseada em explorações de pequena dimensão económica (cerca de 9,4 mil euros de Valor de Produção Padrão Total por exploração), face aos 17,1 mil euros de Valor de Produção Padrão Total por exploração em Portugal e aos 25 mil euros da UE 28. No entanto o VPPT por hectare de SAU é mais elevado na NUT II Norte (1432,1 euros) comparativamente ao valor registado no País (1238,2 euros)⁴.

Gráfico 5 – Valor de Produção Padrão Total (€) por exploração por NUTS II

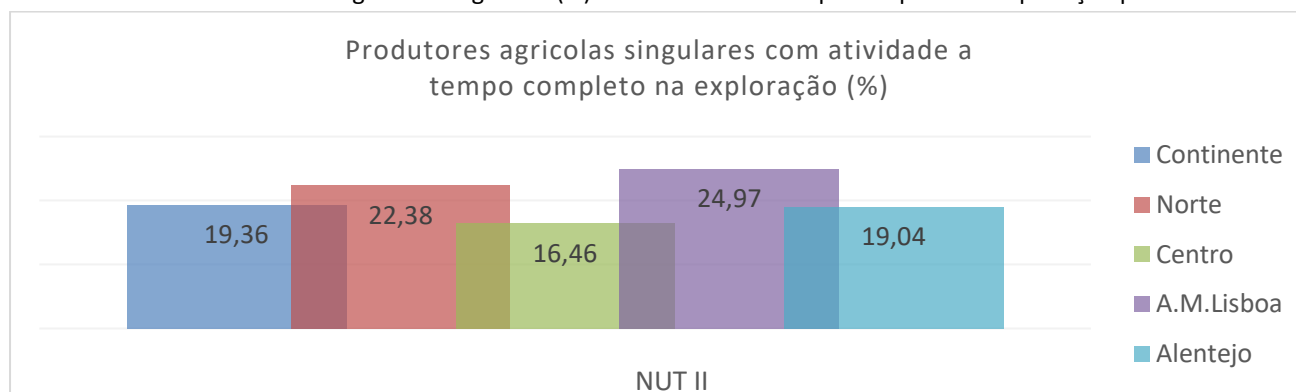


No que diz respeito aos indicadores sociais do tecido empresarial agrícola, genericamente, as explorações são geridas por produtores envelhecidos (os mais idosos da UE 28) e em larga maioria têm apenas formação prática. Por outro lado verifica-se que poucos produtores vivem exclusivamente da agricultura (7 % na NUT II Norte), sendo que a maioria complementa o seu rendimento com pensões e reformas (65,3%).

⁴ INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013, ed. 2014.

Adicionalmente, apenas cerca de 15 % dos produtores agrícolas singulares têm formação profissional agrícola e na NUT II Norte essa frequência eleva-se para cerca de 18 %. Na NUT II Norte os produtores agrícolas com atividade a tempo completo na exploração são cerca de 22,4 %, como se pode verificar no gráfico 6, possuindo a idade média de 63 anos. A idade média da mão-de-obra agrícola familiar era de 52 anos⁴.

Gráfico 6 – Produtores agrícolas singulares (%) com atividade a tempo completo na exploração por NUT II



INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013, ed. 2014.

O complemento da atividade agrícola com outras atividades realizadas na exploração e/ou pelos recursos da exploração é ainda pouco relevante, dado que apenas 5,9% das explorações desenvolvem atividades lucrativas não agrícolas, designadamente o turismo rural, a transformação de produtos agrícolas, a produção florestal, a prestação de serviços ou a produção de energias renováveis, como se poderá constatar através da análise do quadro 1. A produção de energias renováveis foi a atividade lucrativa não agrícola da exploração que maior evolução registou (+200,6 %), face a 2009. A produção florestal, com recurso a mão-de-obra, maquinaria e equipamentos da exploração, destaca-se como a principal atividade complementar da atividade agrícola da exploração. A prestação de serviços agrícolas e não agrícolas a terceiros, com recurso a equipamento da exploração, e a transformação de produtos alimentares, bem como o turismo rural e as atividades diretamente relacionadas, apresentam também alguma expressão⁵.

Quadro 1 – Atividades lucrativas não agrícolas da exploração por NUTS II (variação 2009-2013)

	Explorações			Varição (2009-2013)
	(nº)	(%)	No total (%)	(%)
Total	15 567	100,0	5,9	1,8
Turismo rural e atividades diretamente relacionadas	677	4,3	0,3	11,7
Artesanato e transf. de produtos agrícolas não alimentares	25	0,2	0,0	-67,7
Transformação de produtos agrícolas alimentares	1 516	9,7	0,6	32,1
Produção Florestal ¹	11 422	73,4	4,3	5,3
Produção de cortiça	2 030	13,0	0,8	4,3
Outra(s)	9 486	60,9	3,6	3,7
Prestação de serviços	1 655	10,6	0,6	-4,9
Prestação de serviços a outras explorações agrícolas	1 366	8,8	0,5	-9,0
Prestação de serviços a outras entidades	416	2,7	0,2	18,6

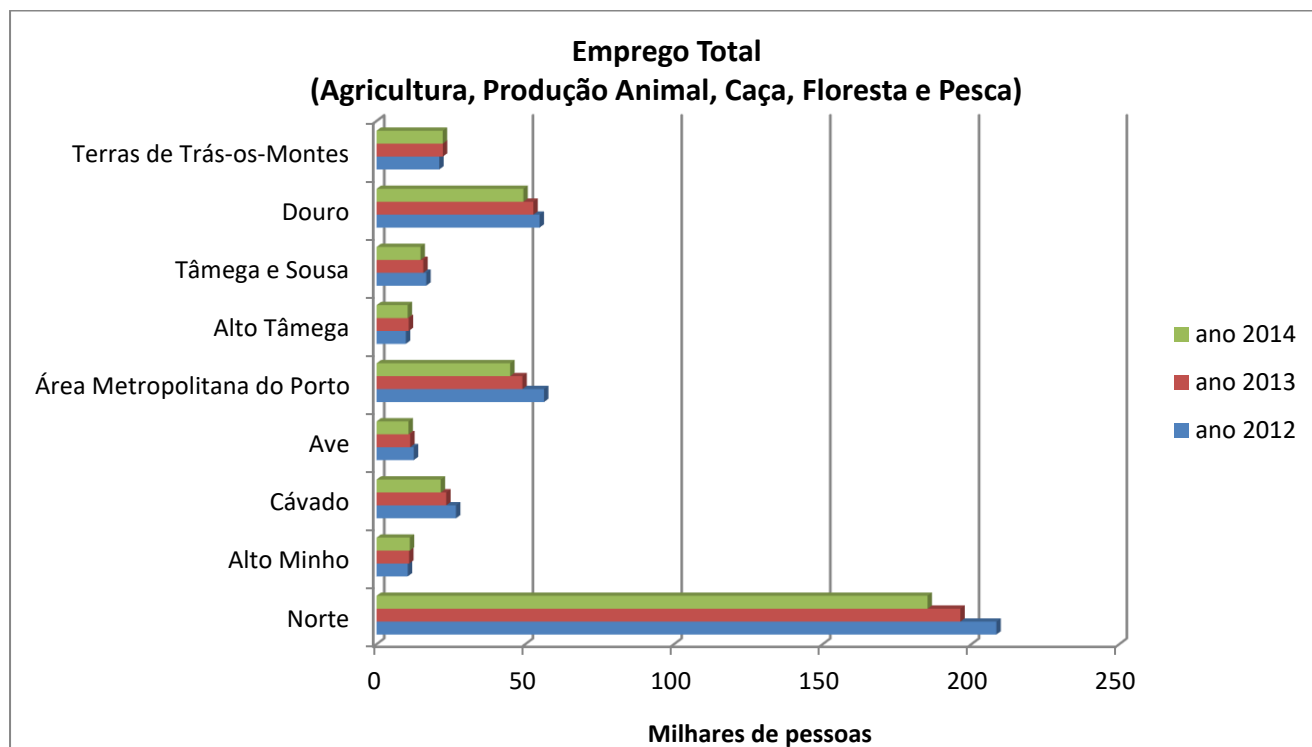
⁵ INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013, ed. 2014

Transformação de madeira	332	2,1	0,1	181,3
Aquacultura	1	0,0	0,0	-91,9
Produção de energias renováveis	304	2,0	0,1	200,6
Para utilização na exploração	74	0,5	0,0	72,4
Para comercialização	255	1,6	0,1	304,5
Outras atividades lucrativas	360	2,3	0,1	-72,4
NUTSII				
Norte	3 185	20,5	3,2	5,8
Centro	9 832	63,2	11,4	19,5
Lisboa	144	0,9	2,3	-11,7
Alentejo	1 835	11,8	4,9	-10,5
Algarve	425	2,7	3,7	-73,3
Açores	129	0,8	1,1	-37,7
Madeira	17	0,1	0,1	-48,1

¹ Se a gestão do espaço florestal não for efetuada com recursos da exploração não é considerada como atividade lucrativa não agrícola da exploração

O setor primário, enquanto atividade empregadora da população ativa, tem um peso relevante na NUTT II Norte (gráfico 7), destacando-se as unidades territoriais NUTS III A.M. Porto, Douro e Terras de Trás-os-Montes. No entanto, refira-se por outro lado que o volume de mão-de-obra empregue pelo sector, desde 2012 a 2014, tem decrescido nas NUTS III Cávado, Ave, A.M.Porto, Tâmega e Sousa, e Douro.

Gráfico 7 - Emprego Total por NUTS III no setor de atividade económica - Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca nos anos de 2012 a 2014



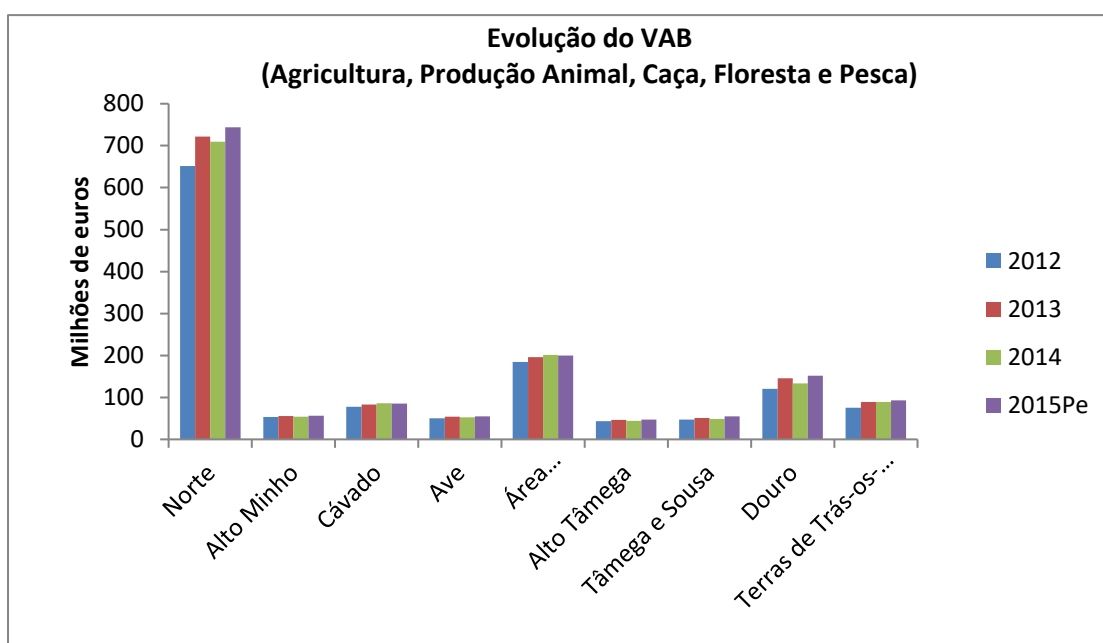
(INE, Anuário Estatístico da Região Norte – 2015, edição 2016)

A empresarialização da agricultura, expressa pelo crescimento do número de sociedades agrícolas, tem contribuído para o aumento da eficiência do setor, devido à adoção de processos de gestão mais profissionais e economias de escala.

O VAB total das sociedades não financeiras situou-se em 74,5 mil milhões de euros em 2015. Sectorialmente, o sector de atividade Agricultura e Pescas tem um peso no VAB total de 1,3%, sendo o valor médio do VAB de 67,9 mil euros por sociedade.

No gráfico 8, ilustra-se a evolução (%) do VAB da atividade económica primária (Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca), no período de 2012 a 2015. Destacam-se, em valor, os VAB das unidades territoriais de A.M. Porto, Douro e Terras de Trás-os-Montes.

Gráfico 8 - Evolução do VAB da atividade económica primária no período de 2012 a 2015



Setorialmente, a maior taxa de criação de novas sociedades registou-se no sector de agricultura e pescas (12,2%), tendo sido criadas em 2015, 1805 novas empresas, o que representa um crescimento, relativamente ao ano de 2014, do nº de empresas de +15,4 %, empregando mais 3480 pessoas ao serviço, o que representa um crescimento de +6,1%. No que respeita à sobrevivência para períodos superiores a 1 ano, foi no sector da agricultura e pescas que as taxas foram superiores, acima de 70%. Por outro lado, a menor taxa de mortalidade das sociedades não financeiras observou-se no sector da Agricultura e Pescas, situando-se em 5,1%⁶.

O Setor de Atividade Económico Secundário

Indústrias de Transformação Alimentar e de Bebidas (divisões 10 e 11 da CAE)

⁶ INE, Empresas em Portugal 2015, ed. 2017.

A indústria Alimentar continuava a manter, em 2016, o seu posicionamento relativamente ao total da indústria transformadora, sendo a principal actividade da produção industrial nacional com 13,6 % do total da venda de produtos e prestação de serviços⁷. Refira-se que o mercado interno foi o principal destino da produção destas indústrias. O sector das Indústrias Alimentares contribuiu para a economia nacional com um Volume de Negócios de cerca de 10,6 mil milhões de euros, em 2016, representam 13,6% do total da indústria e 21,9% da produção total vendida no mercado nacional, enquanto o sector das Indústrias das Bebidas contribuiu com um volume de negócios de cerca de 2,7 mil milhões de euros, e representaram, em 2015, 3,4% do total da indústria⁷. A “indústria do vinho” contribuiu com 52,2% do total das vendas, seguida da “fabricação de cerveja”, com 24,3 %. Tal como nas Indústrias Alimentares, também nas Bebidas, as vendas tiveram como principal destino o mercado nacional (68,8%), seguindo-se a União Europeia, com 15,4%⁸.

Na região Norte estão sedeadas, em nº, cerca de 30% das indústrias alimentares (div. 10 da CAE, ver. 3) e cerca de 39,6 % das indústrias de bebidas (div. 11), relativamente ao universo das empresas em Portugal; apresentaram, em conjunto, um VAB de 30,9%⁹.

O sector agro-alimentar é um importante sector e um dos maiores empregadores na Europa. Inclui um conjunto de atividades relacionadas com a transformação de determinadas matérias-primas em bens alimentares ou bebidas. Para além do seu impacto económico-social, o seu crescimento traduz-se numa oportunidade para o desenvolvimento da agricultura e de produtos inovadores.

A análise sub-regional das trocas comerciais com o estrangeiro mostra que, em 2015 (tal como em 2014), 18 das 25 NUTS III do país apresentavam taxas de cobertura acima de 100%. Entre estas sub-regiões destacavam-se em 2015 as sub-regiões Alto Minho e Terras de Trás-os-Montes, por reforçarem, face ao ano anterior, o valor das exportações relativamente ao das importações. Em 2015, evidencia-se um contínuo de sub-regiões com valores mais elevados na taxa de cobertura situadas nas regiões Norte e Alentejo: respetivamente, Tâmega e Sousa (255,4%), Ave (198,3%) e Cávado (186,9%) e Baixo Alentejo (450,3%), Alentejo Litoral (242,7%) e Alentejo Central (184,6%). Refira-se, no entanto, que o conjunto destas seis sub-regiões representava apenas cerca de 18% do valor das exportações nacionais em 2015³.

I.3. GOP 2018 e Eixos Estratégicos do Governo no âmbito da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, e Modernização do Estado

Os desígnios estratégicos do Governo constantes no documento Grandes Opções do Plano¹⁰, que acompanham o Orçamento do Estado para 2018, adiante designado por GOP 2018 organizam-se em torno de seis pilares que estruturam o Plano Nacional de Reformas (PNR), em síntese: Qualificação, Inovação, Valorização do Território, Modernização do Estado, Capitalização das Empresas e Reforço da Coesão e Igualdade Social. Em 2018, sublinha-se a importância de “Portugal no Mundo”, relevando-se o papel de Portugal no espaço Euro-Atlântico.

⁷ INE, Estatísticas da Produção Industrial, 2016

⁸ INE, Estatísticas Agrícolas, 2016

⁹ INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2015, edição 2016

¹⁰ Grandes Opções do Plano 2018 – Proposta de Lei nº 99/XIII/3

Nas GOP 2018 continua a ser dada prioridade ao desenvolvimento sustentável do território. A “Valorização do Território”, enquadrada pelo Programa Nacional para as Alterações Climáticas, resulta de um conjunto de intervenções das políticas públicas e desenvolve-se em torno de três dimensões, que atuando de forma integrada, conduzirão ao desenvolvimento de um território competitivo, coeso e sustentável.

Naquele documento é referido que o desenvolvimento dos territórios do interior é considerado essencial para a coesão territorial, tendo sido aprovado em outubro de 2016, o *Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT)*, o qual por sua vez, definiu a “*Agenda para o Interior*” constituída por oito iniciativas organizadas em torno de desafios e questões estruturantes. Em 2018, no âmbito do PNCT, o Governo criará, entre outros, um programa de formação profissional agrícola, em cooperação com as escolas agrícolas e escolas superiores agrárias, visando o rejuvenescimento empresarial agrícola e a recuperação da extensão rural, bem como a valorização dos circuitos curtos e a economia de proximidade. Outras medidas previstas pelo Governo em 2018 que poderão contribuir para a fixação das populações nos territórios do interior através da melhoria do desempenho na atividade agrícola e das condições de vida do meio rural, será a reabilitação e a instalação de novos aproveitamentos hidroagrícolas em todo o território nacional, num total de cerca de 90.000 hectares.

Por outro lado, prevê-se a concretização, em 2018, do Estatuto da Pequena Agricultura Familiar, o qual será um instrumento essencial de política para a manutenção da atividade e para o reconhecimento da importância que os pequenos agricultores têm nas economias locais e nos equilíbrios social e territorial do país.

Em 2017 foi criada a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB) e o respetivo Plano de Ação aprovadas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2017, de 27 de julho, que visava reforçar a dimensão económica e a competitividade, o aumento do consumo de produtos biológicos e a oferta quer no mercado nacional, quer através do fomento da exportação. Em 2018, será executado o respetivo plano de ação ao nível do PDR 2020, através das seguintes medidas: melhoria da gestão dos recursos naturais e da proteção do solo, água, ar, biodiversidade e paisagem; a descarbonização e promoção da economia circular; a dinamização da atividade económica e das economias locais.

No que se refere à floresta, aquele documento refere que “...pretende-se promover uma gestão florestal sustentada e o aumento da resiliência económica e social dos territórios. A reforma do setor florestal, recentemente aprovada, está estruturada em três áreas de intervenção: gestão e ordenamento florestal; titularidade de propriedade florestal; e defesa da floresta, nas vertentes de prevenção e de combate aos incêndios. As medidas aprovadas impõem uma reformulação das políticas públicas neste setor, com início em 2017 e desenvolvimento ao longo dos próximos anos, tendo em vista proteger e promover os ativos de um recurso de enorme relevância estratégica para o desenvolvimento económico e para a sustentabilidade ambiental do país.

Foi criado o Sistema de Informação Cadastral Simplificada com o intuito de promover uma adequada gestão e um melhor planeamento, controlo, e apoio à decisão sobre a ocupação e uso do território, através da agregação da informação registral, matricial e georreferenciada, relacionada com os prédios, numa primeira fase, rústicos e mistos. Com a Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, o Balcão Único do Prédio (BUPi) - plataforma de articulação dos cidadãos com a Administração Pública, simplificadora de procedimentos - apresenta-se como a interface, física e digital, que simplifica o registo da propriedade.

A Modernização do Estado é um outro ponto fulcral de atuação do Governo em 2018 sendo assumida como uma prioridade estratégica. A modernização do Estado e dos serviços por ele prestados, facilitando a vida aos cidadãos e às empresas, requer uma Administração Pública qualificada, competente e motivada. Numa perspetiva de capacitação e gestão da Administração Pública, aquele documento refere que “...o Governo irá, durante 2018, proceder a uma avaliação global das carências de recursos humanos em todos as estruturas públicas, da administração direta e indireta do Estado, no sentido de assegurar a necessária renovação etária dos trabalhadores da Administração Pública e de capacitar e melhorar a qualidade do serviço público.

Uma das medidas centrais para a concretização da simplificação da vida dos cidadãos e das empresas na sua interação com os serviços públicos é o Programa SIMPLEX+. O SIMPLEX+2017 contém 172 medidas de simplificação e modernização administrativa e legislativa para todas as áreas da governação, sendo que a estas medidas juntam-se 65 medidas plurianuais iniciadas no SIMPLEX+2016. A maioria das medidas do Programa deverá ser concluída ao longo de ano de 2018. Em 2018 será lançado um novo programa SIMPLEX+.

Ainda no âmbito da modernização do Estado, foram preparadas as bases para a descentralização do Estado, com as propostas de democratização das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e uma maior cooperação intermunicipal, a par do reforço de competências das Autarquias Locais. Mais adiante é referido no documento GOP 2018 que... *O Governo dará coerência territorial à administração desconcentrada do Estado e promoverá a integração de serviços desconcentrados do Estado nas CCDR, dando prioridade à generalização da rede de serviços públicos de proximidade a desenvolver em estreita colaboração com as autarquias locais. À transferência de competências para órgãos com maior proximidade, estará associado a criação de um novo modelo territorial assente em cinco zonas de planeamento e desenvolvimento territorial, correspondentes às áreas de intervenção das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).* O modelo de organização em perspetiva poderá ocasionar alterações na organização interna dos serviços desconcentrados do MAFDR.

I.4. A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) é um serviço periférico da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa. A sua Missão e atribuições estão definidas na Lei orgânica do Ministério da Agricultura e do Mar (MAM), respetivamente, nos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei Nº 18/2014, de 4 de Fevereiro e na respetiva “Carta de Missão” (anexo 1), exarada pelo então Secretário de Estado da Agricultura, em 23.05.2014.

O ano de 2013 ditou alterações na Lei orgânica do MAMAOT, tendo sido criado o MAM e extinto o MAMAOT através do Decreto-Lei Nº 119/2013, de 21 de Agosto que altera o Decreto-Lei nº 86/2011, de 12 de Julho. Este último aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional. A estrutura do MAM foi aprovada através do Decreto –Lei Nº 18/2014, de 4 de Fevereiro. Na sequência desta revisão foram reajustadas as atribuições das DRAP’s. Através da Portaria nº 305/2012, de 4 de Outubro, foram definidas e ordenadas as competências das cinco direções de serviço e fixadas em 20 o número máximo de unidades flexíveis. As unidades flexíveis foram criadas e definidas as respetivas competências através do Despacho nº 13474/2012, de 16 de Outubro, alterado e republicado pelo Despacho nº 4708/2013, de 4 de Abril e pelo Despacho nº 1671/2014, de 3 de Fevereiro.

A atividade da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte assenta numa estrutura, cujo organograma funcional está representado na figura 6, formada por 25 unidades flexíveis e que integra 6 Delegações (figura 7) e 5 unidades nucleares.

Figura 6 – Organograma Funcional da DRAP-Norte

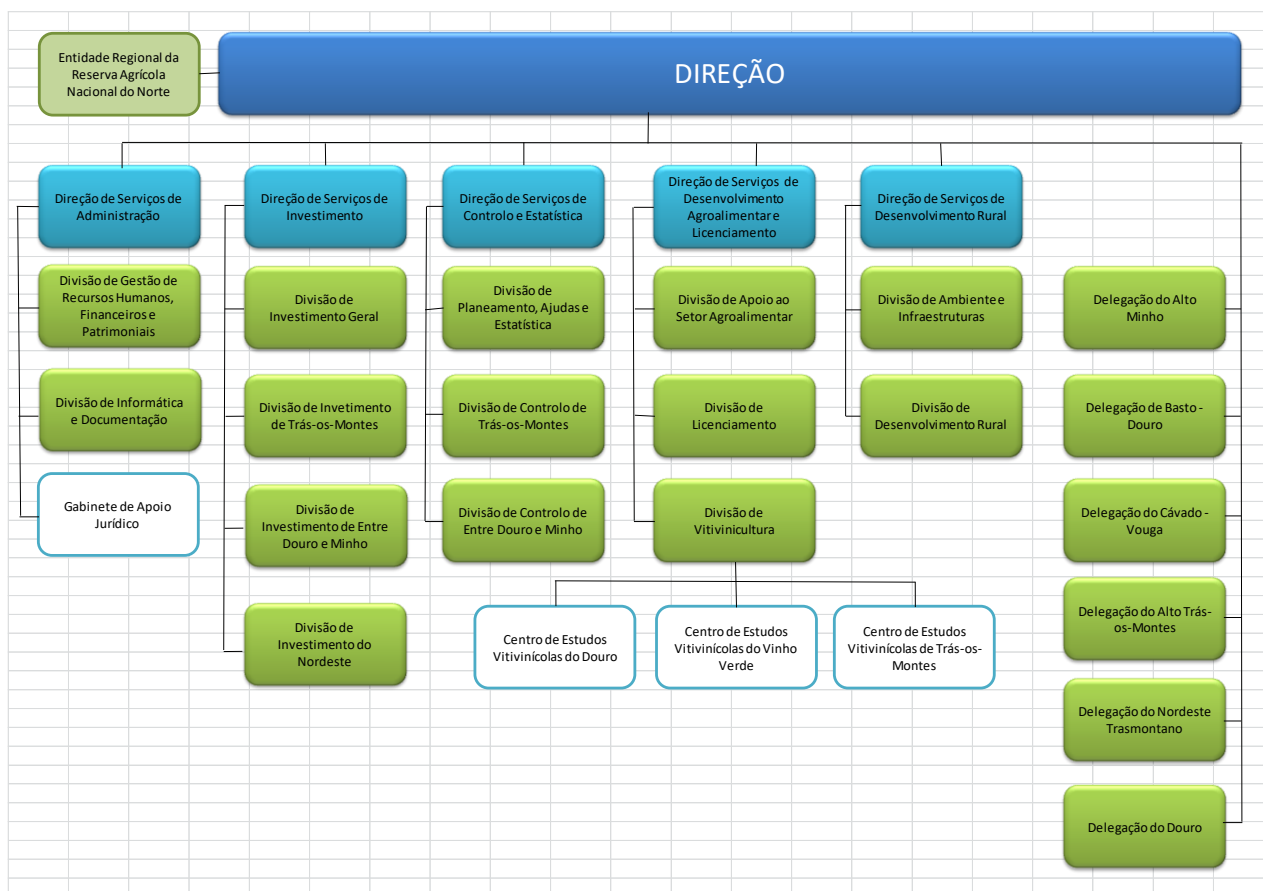


Figura 7 – As Delegações da DRAP-Norte e sua distribuição territorial



I.4.1. Enquadramento estratégico

Missão, Visão e Valores

A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), à luz da legislação em vigor, estabelece como eixos da sua intervenção os seguintes desígnios:

Missão

- Participar na formulação e execução das políticas nas áreas da agricultura, segurança alimentar, proteção animal, sanidade animal e vegetal, desenvolvimento rural e pescas em articulação com os serviços centrais competentes e de acordo com as normas e orientações por estas definidas

Valores

- Satisfação do Cliente
- Qualidade e Inovação
- Rigor e Transparência
- Coesão e Motivação

Visão

- Ser reconhecido como um serviço de excelência em prol da competitividade e sustentabilidade do meio rural e das pescas na região Norte

Clientes / Beneficiários / Trabalhadores em funções públicas

Enquanto entidade responsável pela aplicação de fundos públicos a projetos de investimento, a DRAPN providencia serviços diretamente aos Empresários Agrícolas, a título coletivo e/ou individual, às Associações e Agrupamentos de Produtores que os representam e às Autarquias que integram a sua área de jurisdição. No anexo 5 apresenta-se o Catálogo de Serviços.

Às partes interessadas da DRAPN acrescem ainda os seus Fornecedores, os seus Colaboradores e o Cidadão enquanto contribuinte e não exclusivamente como utente dos seus serviços. A médio e longo prazo podem ainda ser apontados como *stakeholders*, os potenciais clientes destes serviços. No anexo 6 apresenta-se a lista de “stakeholders”.

Atribuições

Tendo por base a legislação em vigor, na prossecução da sua missão, as atribuições da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte são as constantes no ponto 2 do artigo 13 do Decreto-lei nº 18/2014, de 4 de Fevereiro.

1.4.1.1. Objetivos estratégicos e Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)

No sentido de concretizar as orientações referidas no quadro legislativo referido anteriormente, e tendo presente a sua missão e atribuições, bem como os fatores que caracterizam o ambiente externo e interno, foi definido para 2017 o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), estabelecido na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, e que foi oportunamente apresentado à tutela.

Neste, os objetivos estratégicos são concretizados através de um conjunto de objetivos operacionais, desagregados em eficácia, eficiência e qualidade, e enquadrados na avaliação de desempenho dos respetivos serviços. Por outro lado, estão suportados em indicadores de desempenho, em metas quantificáveis, de forma a aferir os resultados alcançados e permitir a avaliação e verificação das atividades desenvolvidas. Embora as atribuições da DRAPN não se esgotem nos objetivos operacionais do QUAR, estes são importantes no âmbito da sua missão.

Numa perspetiva de enquadramento estratégico, as atividades realizadas pelas várias unidades orgânicas podem ser estruturadas da seguinte forma:

- As atividades diretamente relacionadas com os objetivos estratégicos definidos e aprovados;
- As atividades não diretamente relacionadas com os objetivos estratégicos que decorrem do exercício das competências das várias unidades orgânicas;
- As atividades que suportam a atividade do organismo e do Ministério.

Por outro lado, os objetivos operacionais (nível 3), privilegiando a eficácia, eficiência e qualidade de atuação da DRAPN, encontram-se articulados com os objetivos estratégicos (nível 2) e com as medidas de política pública (nível 1), consubstanciadas no documento “Grandes Opções do Plano 2018”, através de uma matriz de alinhamento estratégico, apensa ao “template” do QUAR.

PARTE II – ATIVIDADES PREVISTAS

II.1. Direções de Serviços, Divisões e Delegações

As atividades levadas a cabo pelas unidades orgânicas da DRAPN encontram-se elencadas no Anexo 1. Estas enquadram-se no contexto das respetivas competências, de acordo com a legislação em vigor, e concorrem para a realização dos objetivos globais identificados no âmbito do QUAR (vide anexo 2).

II.2. Projetos em desenvolvimento

A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte promoverá a simplificação de processos e procedimentos, entre outros, através da criação de novas bases de informação e de aplicativos, dando continuidade a projetos, ora iniciados, descritos no Plano de Melhorias (Anexo 3). Estes projetos visam melhorar a gestão e a eficiência da utilização dos recursos, da modernização administrativa e, consequentemente, o aumento da eficiência e da qualidade dos serviços prestados enquanto entidade pública, bem como uma maior racionalização da gestão dos recursos.

II.3. Formação Profissional

A valorização dos recursos humanos, através da qualificação e formação de dirigentes e trabalhadores, será uma atividade relevante que se perspetiva para 2018 (vide “Plano de Formação Profissional” que consta no anexo 4). Atendendo a condicionamentos de natureza orçamental serão preferencialmente promovidas ações ministradas por formadores internos, programadas no âmbito do Ministério da Agricultura e do Mar. No entanto, a DRAPN viabilizará a participação dos trabalhadores em outras ações assim como a participação em eventos e seminários em regime de autoformação, sempre que estas se revistam de interesse para o exercício de funções.

II.4. Monitorizações e avaliação

II.4.1. Monitorização do Plano de Atividades

O Plano de Atividades será monitorizado, qualitativa e quantitativamente, de acordo com a periodicidade e calendarização prevista no documento “Sistema de Indicadores de Desempenho Comuns do Ciclo de Gestão de 2018”.

A recolha de informação junto das UO será realizada pela Direção de Serviços de Controlo e Estatística, em ficha modelo construída para este efeito. Na sequência das monitorizações referidas serão realizados relatórios de monitorização.

II.4.2. Monitorização do Sistema de Controlo Interno (SCI)

O Sistema de Controlo Interno será monitorizado anualmente, sendo o apuramento dos resultados efetuado num documento designado por “Relatório Anual do Sistema de Controlo Interno da DRAPN”.

Os elementos que constituem o Sistema de Controlo Interno (SCI) são a avaliação do risco, as atividades de controlo, os sistemas de informação e comunicação e a monitorização. Cada uma destas componentes tem um importante impacto na eficiente gestão do risco da organização.

A DRAPN, no decorrer da sua atividade, está sujeita a uma série de riscos, internos e externos, que devem ser avaliados. Neste âmbito, com objetivo de evitar e/ou reduzir os riscos de corrupção e infrações conexas, a DRAPN plasmou no Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o seu referencial de atuação nesta matéria. Nele se identificam as situações potenciadoras de riscos de corrupção e infrações conexas, elencam medidas preventivas e corretivas que possibilitem a eliminação do risco ou minimizem a probabilidade da sua ocorrência, e também se define a metodologia de monitorização dessas medidas, com identificação dos responsáveis por estas ações.

Outras componentes do Sistema de Controlo Interno incluem o controlo das operações, que compreendem, por sua vez, as políticas e os procedimentos; a existência de um sistema informativo que produza certos outputs, como relatórios com informações operacionais, financeiras e outras, sendo geralmente conhecido por Sistemas de Informação e Comunicação, o qual tem na sua composição a infraestrutura e software, bem como as pessoas, procedimentos e dados.

O Controlo Interno é ainda constituído pela componente de Monitorização. Esta componente baseia-se no acompanhamento contínuo do desempenho do SCI e consiste na monitorização contínua das atividades, avaliações separadas ou uma combinação dos dois procedimentos. Refira-se que todas as atividades da DRAPN são monitorizadas regularmente através da monitorização semestral do Plano de Atividades, monitorização trimestral de atividades relacionadas com o QUAR e monitorização de indicadores comuns não-QUAR. Existe ainda uma estreita articulação entre o controlo interno e externo. As auditorias também funcionam como instrumentos eficazes de prevenção e normalização dos serviços públicos. Neste contexto, alguns processos da DRAPN que constituem o seu “core business” são auditados regularmente por entidades externas, designadamente.

É de salientar que todas as componentes referidas anteriormente funcionam articuladas entre si, gerando sinergias e formando um sistema integrado que faz parte do Sistema de Controlo Interno da DRAPN.

II.4.3. Apreciação da quantidade e qualidade dos serviços prestados

Os utentes da DRAP-Norte serão auscultados para apreciação do seu grau de satisfação através da realização de inquéritos, dirigidos a vários tipos de utilizadores que interagem com a DRAP-Norte, nomeadamente nas

seis (6) Delegações Regionais ou Unidades Homogéneas. Tem sido constituída e atualizada uma listagem de utilizadores. O apuramento dos resultados será condensado num documento designado por “Relatório Final de Satisfação de Clientes da DRAPN 2017”.

Questionários disponibilizados aos utentes

Os questionários disponibilizados aos utentes serão distribuídos em papel e colocados nas Delegações Regionais no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016, conforme modelo em anexo 2.

Questionários enviados ao Gabinete de Planeamento e Políticas, ao Instituto Nacional de Estatística

Serão realizados 2 inquéritos para determinação do índice de satisfação do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP).

II.4.4. Audição dos dirigentes intermédios e demais colaboradores

Os dirigentes intermédios e demais trabalhadores da DRAP-Norte serão auscultados para apreciação do seu grau de satisfação através da realização de inquéritos disponibilizados na intranet e em suporte de papel. O apuramento dos dados relativos ao seu grau de satisfação será condensado num documento designado por “Relatório de Satisfação de Colaboradores”.

II.4.5. Modernização Administrativa

No que se refere à modernização e simplificação administrativa e legislativa do Estado, as prioridades do Governo para o ano de 2018 são, resumidamente, as seguintes: (1) “*Estado mais simples e mais próximo*”, concretizado através do programa simplex+, programa este que se centra na facilitação da vida de todos os cidadãos; (2) Melhorar o atendimento público dos cidadãos, com preocupações de proximidade e de inclusão; (3) Inovar na forma de prestar serviços públicos, tanto no front-office como no back-office; (4) Reforçar a participação dos cidadãos na vida democrática.

A capacidade dos serviços públicos para atuarem de forma eficaz e eficiente depende das respetivas políticas e práticas de gestão. Em linha com as orientações estratégicas que constam nos documentos “Grandes Opções do Plano 2018”, nomeadamente no que respeita à “Modernização do Estado” - um dos pilares que estruturam o Plano Nacional de Reformas - a DRAPN, tem em curso um conjunto de acções de melhoria que constam no Plano de Melhorias para 2018 (anexo 3).

Tendo em vista responder aos desafios da modernização administrativa, executou-se o Projeto “SAMA 2020 - Portal Único de Atendimento” – 1ª etapa de um processo que culminará com a criação de um Portal de Serviços comum às 5 direções regionais de agricultura e Pescas, uma medida inscrita no Simplex+. Esta a ser equacionado a 2ª etapa do processo para a criação de um Portal de Serviços comuns às DRAPs, que foi oportunamente incluída numa segunda candidatura submetida para financiamento à AMA, que se encontra em apreciação.

Associado à execução do projecto referido, a DRAPN, através da DSCE, encontra-se a operacionalizar uma acção de melhoria designada por “Melhoria das atividades e processos que integram a cadeia de valor da DRAPN através de metodologias da Gestão da Qualidade e da Melhoria Contínua: sua aplicação à gestão do processo de “Gestão da Emissão de Cartões do Gasóleo Colorido e Marcado na DRAPN” e à autoavaliação das Delegações/Núcleos” (para maior detalhe vide “ficha de acção de melhoria 13”, no anexo 3).

Ainda no tema da Melhoria das atividades e processos que integram a cadeia de valor da DRAPN através de metodologias da Gestão da Qualidade e da Melhoria Contínua, a DSCE, na qualidade de responsável pela coordenação do controlo do Programa Vitis no contexto da DRAPN, elaborou um template de procedimentos, com vista ao tratamento das reclamações dos promotores. Este documento foi objeto de aprovação interna por parte de todos os intervenientes neste procedimento, designadamente as Delegações, a Direção de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Licenciamento, através da Divisão de Vitivinicultura e da DSCE e respetivas Divisões. A implementação dos procedimentos aí constantes veio disciplinar a articulação entre as várias unidades orgânicas, orientar a atuação no sentido do cumprimento dos prazos e definir níveis de responsabilidade.

À identificação dos processos-chave e de suporte estará associada a criação de indicadores e a medição dos resultados, os quais estarão diretamente associados à monitorização contínua.

PARTE III – RECURSOS AFETOS

III.1. Recursos Humanos

A caracterização dos recursos humanos é apresentada resumidamente nos quadros que se seguem e tem por base o Mapa de Pessoal planeado para 2018, resumido (anexo 7) e detalhado (anexo 8).

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS
Dirigentes – Direção Superior	3
Dirigentes – Direção Intermédia	25
Técnico Superior (incl. Especialistas de Informática)	346
Coordenador Técnico	4
Assistente Técnico (incl. Técnicos de Informática)	244
Assistente Operacional	72
Total	694

III.2. Recursos financeiros

Os recursos financeiros planeados para 2018 são os valores constantes na proposta de orçamento apresentada em anexo ao presente documento (anexo 9).

PARTE IV - ANEXOS

Anexo 1 – Objetivos e Atividades Previstas

Anexo 2 – QUAR 2018

Anexo 3 – Plano de Melhorias 2018

Anexo 4 – Plano de Formação Profissional 2018

Anexo 5 – Catálogo de Serviços

Anexo 6 – Lista de Stakeholders

Anexo 7 – Mapa de Pessoal OE2018 Resumo

Anexo 8 - Mapa de Pessoal OE2018 Detalhado

Anexo 9 – Proposta de Orçamento